2.º Elaborar as bases para a criação de uma escola de educação física, anexa à Escola de Recrutados ou a qualquer outro organismo que a substituir, onde será ministrada toda a educação física, esgrima, natação e ensino e prática de jogos desportivos, a todo o pessoal da armada.

a) Um dos fins desta escola será preparar professores de educação física, sempre oficiais, e monitores, sargentos de qualquer classe da armada;

b) Enquanto não houver pessoal militar habilitado para o ensino, poderão os professores da escola ser civis contratados entre as pessoas de comprovada competência, tanto nacionais como estrangeiros.

3.º Criar desde já a secção de natação.

4.º Promover como obrigatórias provas de competência, nos vários jogos e desportos, entre todo o pessoal da armada, devendo tornar exequível no mais breve espaço de tempo possível as provas de natação que julgar convenientes.

5.º Promover todos os anos campeonatos de velocidade, de meio fundo, de salvação e de saltos, a realizar no porto de armamento, em Lisboa, entre oficiais, aspirantes, sargentos e praças presentes na metrópole, que possuam o título de campeão da unidade a que pertencem, para o que elaborará as provas e regulamentos respectivos para esses campeonatos.

6.º Promover em todos os navios e estações da marinha de guerra, em épocas que fixará, provas anuais eliminatórias para o efeito de representação nos campeonatos, sendo conferido o título de campeão do respectivo navio ou estação ao primeiro classificado em cada uma das provas.

7.º Estabelecer os prémios a conferir aos concorrentes a todas as provas finais de desporto.

8.º Elaborar o regulamento para a concessão do diploma de nadador e promover a criação da Taça da Marinha de Guerra, destinada a distinguir anualmente o navio ou estação que preparar maior percentagem de nadadores, sargentos e praças que tenham saído da Escola de Recrutados sem terem obtido aquele diploma.

a) A posse do diploma será sempre registada na caderneta militar da praça.

9.º Requisitar as passagens por conta do Estado, na classe que lhes competir, para os concorrentes que estejam prestando serviço fora de Lisboa, os quais continuarão com direito a todos os vencimentos que estejam percebendo pelas unidades ou estações de que fazem parte.

10.º Elaborar e propor à aprovação superior as bases para a criação de escolas regionais de educação física nos centros de população marítima onde julgue conveniente que sejam estabelecidas e que ficarão sob a fiscalização directa da respectiva autoridade marítima.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Paços do Governo da República, 15 de Abril de 1924.—MANUEL TEIXEIRA GOMES—*Fernando Augusto Pereira da Silva.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Secretaria Geral do Ministério
e dos Serviços de Obras Públicas

Repartição Central

Lei n.º 1:585

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É criada na cidade de Lagos uma corporação local, delegada do Governo, com a denominação

de Junta Autónoma do porto comercial de Lagos, com os fins seguintes:

a) Dirigir, administrar e executar estudos, obras necessárias, serviços, fundos, receitas, subsídios e tributos especiais destinados à construção, melhoramento e exploração do porto de Lagos;

b) Promover, pelos meios que julgar mais eficazes, dentro da lei vigente, o desenvolvimento do tráfego marítimo e comercial do mesmo porto.

§ único. A Junta instalar-se há no prazo de trinta dias a contar da promulgação desta lei.

Art. 2.º Constituem receita da Junta, destinada ao custeio dos seus encargos:

a) A sobretaxa de 1 por cento *ad valorem*, com limites estabelecidos pela Junta, sobre a importação ou exportação de todas as mercadorias carregadas ou descarregadas no porto de Lagos;

b) O produto da venda ou arrendamento dos terrenos conquistados à baía de Lagos e ao leito da ribeira de Bensafrim, em virtude das obras que execute, e dos que nos termos do artigo 4.º passem para a sua jurisdição;

c) O imposto, estabelecido pela Junta e aprovado pelo Governo, sobre a tonelagem de arqueação de todos os navios de longo curso que entrem no porto de Lagos;

d) O imposto de 1 por cento sobre o produto da venda de peixe em Lagos;

e) O produto das taxas da exploração do porto de Lagos que pela Junta forem estabelecidas mediante aprovação do Governo por motivo de estadias dentro do porto, atracação aos cais ou pontes, aluguer dos terrenos em volta das docas, ocupação dos cais, aluguer dos armazéns, aluguer de guindastes, fornecimento de aguada;

f) Todos os subsídios que lhe forem destinados no artigo 3.º pela Junta Geral do Distrito ou pela Câmara Municipal de Lagos;

g) A percentagem de 55 por cento do Fundo de Protecção à Marinha Mercante e Portos Nacionais, cobrada no porto de Lagos, a que se refere o artigo 5.º do decreto n.º 7:822, de 22 de Novembro de 1921, enquanto não for criada a Escola de Construção Naval a que o mesmo decreto se refere. Esta percentagem será reduzida a 50 por cento quando começar a funcionar a referida escola;

h) Os recursos de qualquer outra proveniência.

Art. 3.º A fim de a Junta poder dar o necessário desenvolvimento às obras de melhoramento do porto mais imprescindíveis e estabelecer convenientemente a sua exploração, e quando para tal não bastem as restantes receitas consignadas no artigo anterior, é o Governo autorizado a levantar, por empréstimo, à taxa de desconto do Banco de Portugal e amortizável no prazo máximo de trinta anos, por séries, conforme o andamento dos trabalhos, até a quantia de 5:000.000\$.

Art. 4.º O Estado concede à Junta os terrenos marginais que possui entre a ponta da Piedade e a margem direita da ribeira do Alvor, os terrenos alagadiços da ribeira de Bensafrim, que ficam compreendidos dentro do concelho de Lagos, e bem assim todos os móveis e imóveis com que à data da instalação esteja fazendo a exploração do porto, o que tudo será devidamente inventariado.

§ único. O Governo poderá ainda facilitar, por aluguer temporário ou empréstimo, o material de dragagens de que possa dispor.

Art. 5.º A Junta, no exercício das suas funções directivas e administrativas que lhe são confiadas, é considerada como delegada do Governo e fica dependente do Ministério do Comércio e Comunicações, sob a inspecção e vigilância directa da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos.

Art. 6.º A Junta é obrigada:

1.º A mandar proceder ao levantamento topográfico

de todos os terrenos que lhe ficam pertencendo, tendo de enviar a respectiva planta ao Governo, no prazo máximo de 180 dias, a contar da sua instalação;

2.º A mandar proceder ao levantamento da planta hidrográfica do porto e baía devidamente cotado, planta esta que será anualmente rectificada;

3.º A organizar os inventários dos bens móveis e imóveis na sua posse, submetendo-os à apreciação do Governo, dentro do mesmo prazo indicado no n.º 1.º deste artigo.

Art. 7.º A Junta é constituída por vogais natos e electivos.

a) São vogais natos:

O presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lagos;

O capitão do porto;

O engenheiro chefe da Divisão Hidráulica do Guadiana;

O engenheiro director das estradas do sul, que poderá delegar no engenheiro chefe de Divisão de Estradas do distrito de Faro;

O engenheiro director dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, que poderá delegar num engenheiro da sua Direcção;

O engenheiro director das obras do porto de Lagos;

O delegado do Ministério Público na comarca;

O chefe da delegação aduaneira.

b) São vogais electivos:

Um delegado do comércio do concelho;

Um delegado da indústria do concelho;

Um delegado dos armadores de navios ou consignatários de embarcações;

Um representante das classes piscatórias.

§ 1.º As colectividades indicadas na alínea b) só terão representação na Junta quando legalmente organizadas.

§ 2.º Todos os vogais electivos devem ter a sua residência em Lagos.

Art. 8.º A Junta elegerá por escrutínio secreto os seus presidente, vice-presidente e secretário, sendo trienal o seu exercício e admissível a reeleição.

Art. 9.º O cargo de vogal da Junta é incompatível com qualquer participação directa ou indirecta, manifesta ou oculta, nas obras, serviços ou contratos que sejam realizados com dinheiros administrados pela Junta.

Art. 10.º O cargo de vogal electivo da Junta é voluntário, honorífico, gratuito e exercido por três anos, sendo admissível a reeleição.

Art. 11.º Os vogais natos desempenharão o seu mandato, perante a Junta, durante o período que durar a comissão em que se encontrem investidos.

Art. 12.º A Junta elegerá uma comissão executiva, composta de cinco membros, dos quais um será sempre o engenheiro director das obras do porto, que entre si elegerão presidente, vice-presidente e secretário, e que terá a seu cargo a execução das deliberações da Junta e a vigilância dos serviços em conformidade com o regulamento interno elaborado pela Junta.

Art. 13.º A Junta reunirá ordinariamente nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro, em dias determinados na primeira sessão de cada ano, e extraordinariamente sempre que o presidente o julgue necessário ou quando tal lhe seja solicitado por quatro vogais ou pela comissão executiva.

Art. 14.º A inspecção técnica e administrativa dos serviços cometidos à Junta fica a cargo do Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos.

Art. 15.º Ao serviço da Junta haverá o pessoal técnico, administrativo, de conservação, escrituração, contabilidade e pagadoria que a Junta julgue necessário,

conforme o disposto no seu regulamento interno e sempre dentro das possibilidades dos orçamentos aprovados pelo Governo.

§ 1.º O pagador deve prestar fiança de 3.000\$ para poder desempenhar o seu cargo.

§ 2.º Salvo o disposto no artigo seguinte, os empregados são de livre escolha da Junta, sob proposta fundamentada da comissão executiva, tendo preferência os empregados adidos aos quadros dos diversos Ministérios que reúnam as devidas condições de idoneidade e que sejam dispensados pelo Governo, ficando na situação de disponibilidade, mas ficando livre à mesma Junta a faculdade de lhes dispensar os serviços.

Art. 16.º Para director das obras será nomeado pelo Ministro do Comércio e Comunicações, mediante proposta da Junta, um engenheiro do quadro técnico das Obras Públicas.

§ único. O engenheiro director das obras superintende directamente em todos os serviços e é igualmente o chefe imediato de todo o pessoal técnico e administrativo empregado nas obras. As suas atribuições e deveres serão estabelecidos em regulamento elaborado pela Junta e aprovado pelo Ministério do Comércio e Comunicações.

Art. 17.º São principais atribuições e deveres da Junta Autónoma:

1.º Organizar o orçamento detalhado e justificado das receitas e despesas que, dentro de cada ano civil, terá de arrecadar ou despender em conformidade com os relatórios e mais documentos justificativos, que previamente lhes serão fornecidos pelo engenheiro director.

a) Este orçamento será enviado ao Governo até o dia 20 de Outubro de cada ano;

b) Dentro de trinta dias deverá ser comunicada à Junta a sua aprovação, indicando-se as correcções que nele deverão ser introduzidas;

c) Não sendo recebida durante aquele prazo notificação alguma, considerar-se há aprovado o orçamento e por ele terá de reger-se a Junta durante o ano civil a que esse documento diga respeito;

d) A Junta poderá ainda organizar em qualquer altura do ano orçamentos suplementares para rectificação do orçamento ordinário ou aplicação de receitas excedentes ou extraordinárias, observados os correspondentes prazos.

2.º Submeter à aprovação do Governo os projectos de obras de qualquer natureza elaborados pelo engenheiro director e que tenham sido autorizados ou sancionados pelo voto favorável da Junta, depois de discutidos em sessão, salvo o disposto na alínea a) deste número.

a) São dispensados da aprovação superior todas as obras e contratos cuja importância não exceda a 20.000\$;

b) Os projectos submetidos à aprovação das instâncias competentes dar-se hão como aprovados se, dentro do prazo de sessenta dias, depois de expedidos, a Junta não receber comunicação oficial da sua aprovação ou rejeição.

3.º Impedir a execução de quaisquer obras que não tenham a sua prévia autorização.

4.º Examinar os materiais, máquinas e quaisquer outros objectos que adquirir por ajuste particular ou por concurso, e bem assim dar aprovação provisória ou definitiva ou rejeitar as obras executadas por contrato e as que conclua por administração.

5.º Examinar e aprovar os mapas mensais de todas as despesas e das obras realizadas que o engenheiro director das obras lhe forneça.

6.º Enviar ao Governo, até sessenta dias depois de terminado o ano da sua gerência, um relatório suficientemente explícito e do qual se infra qual a acção económica da Junta em todos os ramos da administração que lhe for confiada.

7.º Prestar todas as informações que lhe forem pedidas pelas repartições do Estado e ainda às corporações e particulares que as solicitarem, se da sua divulgação não resultar inconveniente para o seu funcionamento.

8.º Registrar em livro próprio, rubricado pelo presidente em todas as fôlhas e devidamente aberto e encerrado por termo, as actas em que explicitamente se mencionem todos os assuntos tratados nas sessões, nelas resumindo o parecer de cada vogal que intervenha na discussão e as deliberações tomadas, que serão sempre por maioria absoluta dos vogais presentes.

9.º Contrair empréstimos de quantias exclusivamente destinadas à realização do plano a que obedece a sua constituição, mediante prévia autorização do Governo, a quem são submetidos todos os termos e condições em que se pretendem realizar, para o que poderá consignar ao serviço desses empréstimos todas as receitas consignadas no artigo 20.º

10.º Alienar, por concurso a que seja dada a maior publicidade, todos os terrenos conquistados em virtude de obras que execute, quando não haja inconveniente para a Junta ou lesão de interesses gerais do povo, tendo o direito de opção os proprietários dos terrenos marginais que sejam confinantes com os terrenos que se alienem.

11.º Arrecadar todas as receitas e pagar todas as despesas autorizadas por esta lei, e bem assim obrigar a pagamentos e efectivar a cobrança de taxas que façam parte de regulamentos especiais por ela organizados para a exploração do pôrto e incluindo as tarifas da referida exploração, submetendo êsses regulamentos à sanção do Governo e observando-se quanto à sua aprovação o disposto na alínea b) do n.º 2.º dêste artigo.

Art. 18.º A Junta fica obrigada a enviar as contas de sua responsabilidade ao Conselho Superior de Finanças para julgamento, até o dia 30 de Setembro immediato a cada gerência, acompanhadas da respectiva documentação.

Art. 19.º A Junta elaborará no prazo de três meses, a contar da sua instalação, o seu regulamento interno e os demais que ficam determinados ou seja necessário

estabelecer para a inteira execução desta lei, os quais submeterá à aprovação do Governo, sendo neles fixadas as atribuições que pertencem a cada um dos órgãos funcionais da Junta.

Art. 20.º O Governo decretará as providências necessárias para a cabal execução da presente lei.

Art. 21.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros do Interior, Justiça, Marinha, Comércio e Comunicações a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 15 de Abril de 1924.—
MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro* —
Alfredo Ernesto de Sá Cardoso — *José Domingues dos Santos* — *Fernando Augusto Pereira da Silva* — *Nuno Simões*.

MINISTERIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral do Ensino e Fomento

Portaria n.º 3:987

Não fixando a portaria n.º 3:808, de 8 de Novembro último, qual o prazo para a entrega das reclamações, e conseqüente apreciação pela Comissão Reguladora da Exportação de Produtos Agrícolas, referentes às mercadorias cujos despachos de saída estavam processados até 17 de Outubro do ano findo, e não sendo justo que, decorridos quasi cinco meses, devam ser considerados perdidos desta natureza, por inoportunos: manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Agricultura, que fique sem efeito a doutrina da referida portaria n.º 3:808; na parte relativa à aplicação das sobretaxas nas condições expressas no mesmo diploma.

Paços do Governo da República, 15 de Abril de 1924.—
Alvaro Xavier de Castro — *Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro*.